



Fundação Bienal de São Paulo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço social	5
Demonstração do resultado do exercício - DRE	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio social	8
Demonstrações do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Diretores da
Fundação Bienal de São Paulo
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Bienal de São Paulo (“Fundação”), que compreendem o balanço social em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2012 - Entidades sem fins lucrativos) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevantes, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, a Fundação possui registrado em seu ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$ 639 mil (R\$ 640 mil em 2013) referente a acervos, composto por documentação do arquivo histórico, entretanto, não vem efetuando análise sobre a recuperabilidade para esse ativo (teste de imparidade), considerando a ausência de documentação e da análise de recuperabilidade, não nos foi possível realizarmos procedimentos de auditoria para verificar a adequação do registro e do saldo contábil.

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto mencionado no parágrafo anterior, se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bienal de São Paulo em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos.

São Paulo, 14 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Fundação Bienal de São Paulo

Balanco social em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2014	2013	Passivo	Notas	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixas e Equivalentes de Caixa	3	3	3	Fornecedores sem Restrição	8	117	5
Bancos Conta Movimento - Recursos sem Restrição	3	348	438	Fornecedores com Restrição	8	1.005	411
Bancos Conta Movimento - Recursos com Restrição	3	7.143	13.144	Obrigações com Empregados		404	378
Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrição	3 e 4	4.595	275	Obrigações Tributárias		84	61
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição	3 e 4	4.184	2.333	Outras Contas a Pagar	9	3.120	1.726
				Adiantamento de Cessionários	10	1.471	1.626
		16.273	16.193			6.201	4.207
Créditos a receber				Não circulante			
Adiantamento a Empregados	5	76	104	Outras contas a pagar	9	7.122	10.040
Adiantamento a Fornecedores	5	30	-	Provisões para contingências	12	262	151
Despesas Antecipadas	5	19	41	Subvenções a Realizar	11	11.477	13.088
		125	145			18.861	23.279
		16.399	16.338				
Não circulante				Patrimônio Social			
Realizável a longo prazo	12	80	31	Capital Social	13	199	199
Depósitos Judiciais				Outras Reservas	13	2.437	2.437
		80	31	Reserva de Reavaliação	13	2.093	2.301
Imobilizado				Deficits Acumulados		(8.617)	(8.825)
Bens sem Restrição	6	8.437	8.392	Superávit/Deficit do Exercício		2.035	-
(-) Depreciação Acumulada	6	(2.677)	(2.326)			(1.853)	(3.888)
		5.760	6.066				
Intangível							
Direitos de Uso de Software	7	1.312	1.264				
Outros Bens Intangíveis	7	754	754				
(-) Amortização Acumulada	7	(1.096)	(855)				
		970	1.163				
		6.810	7.260				
Total do ativo		23.208	23.598	Total do passivo		23.208	23.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstração do resultado do exercício - DRE

Em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Notas	2014	2013
Receitas operacional			
Com restrição			
Outros Programas - Atividades culturais			
Convênio Minc	15	147	142
PMSP 2013		-	2.287
PMSP 2014	15	1.007	-
ProAC	15	226	1.848
PRONAC	15	19.847	9.776
Secretária Estadual de Cultura		-	307
SESC		-	1.456
Rendimentos Financeiros	15	907	153
Sem restrição			
Contribuições e Doações	15	10.747	8.007
Rendimentos Financeiros	15	353	112
Outras Receitas		-	16
Gratuidades Recebidas - Trabalhos Voluntários	15	40	68
Total das receitas		33.274	24.172
Custos e despesas operacionais			
PMSP-2013	16	(410)	(380)
PMSP-2014	16	(266)	-
ProAC	16	(1.458)	(515)
PRONAC	16	(20.434)	(10.768)
Secretária Estadual de Cultura		-	(508)
Sem Restrição		-	(252)
(-) Despesas sobre as receitas		(22.568)	(12.423)
(=) Resultado bruto		10.706	11.749
(+/-) Despesas operacionais			
Administrativos			
Despesas com Pessoal		(4.051)	(3.949)
Despesas Administrativas e Gerais		(3.513)	(3.129)
Despesas Depreciação/Amortização		(703)	(567)
Despesas Fiscais/Trabalhistas e Cíveis		(111)	(12.592)
Despesas Financeiras		(292)	(83)
Total das despesas e receitas operacionais		(8.671)	(20.320)
(=) Superávit/Déficit do Período		2.035	(8.571)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Superávit/(Déficit) do exercício	<u>2.035</u>	<u>(8.571)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>2.035</u>	<u>(8.571)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Superávit/Déficit acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	199	2.437	2.509	(462)	4.683
Realização das reservas de reavaliação			(208)	208	-
Superávit/ (Déficit) Acumulados				(8.571)	(8.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	199	2.437	2.301	(8.825)	(3.888)
Saldos em 01 de janeiro de 2014	199	2.437	2.301	(8.825)	(3.888)
Realização das reservas de reavaliação			(208)	208	-
Superávit/ (Déficit) Acumulados				2.035	2.035
Saldos em 31 de dezembro de 2014	199	2.437	2.093	(6.582)	(1.853)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Bienal de São Paulo

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	2013
Superavit/(Deficit) do Exercício	2.035	(8.571)
Ajustes Por		
Baixa de imobilizado por obsolescência	11	183
Provisão/(Reversão) de provisões para contingências	111	-
Depreciação e amortização	593	567
Superávit (déficit) do exercício ajustado	2.750	(7.821)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Adiantamentos e despesas antecipadas	19	20
Depósitos judiciais	(49)	40
Tributos a recuperar	-	2
Fornecedores	705	(311)
Obrigações tributárias	22	(42)
Obrigações com empregados	26	(22)
Adiantamento de cessionários	(155)	(32)
Outras contas a pagar	(1.525)	11.033
Subvenções a realizar	(1.611)	4.655
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	(2.567)	15.344
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(103)	(71)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(103)	(71)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	80	7.452
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.193	8.741
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.273	16.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Bienal de São Paulo - “Fundação” tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está estabelecida no Pavilhão “CICCILLO MATARAZZO” - Parque Ibirapuera - Portão 3, e tem prazo de duração indeterminado.

A Fundação foi criada e instituída em 08 de maio de 1962, instituição de natureza educacional e cultural, sem fins lucrativos e sem vinculações políticas ou religiosas, declarada de utilidade pública, tem como objetivo a promoção e o patrocínio de eventos artísticos e culturais de modo geral e, especificamente, de exposições de artes plásticas - ditas “BIENAIS”.

A receita da Fundação é constituída por doações, subvenções e pela renda derivada de seu patrimônio ou da exploração de suas atividades estatutárias.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e considerando as premissas da Resolução CFC nº. 1.409/12 que aprova a ITG 2012 - entidade sem finalidade de lucros. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

A Autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 20 de março de 2015.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são: (a) provisão para contingências; (b) depreciação e amortização.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a noventa dias considerada a data de aquisição, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São considerados como caixa e equivalentes de caixa da Fundação os recursos sem restrição.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação

A Fundação classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Fundação não possui ativos financeiros classificados como disponível para venda e mantido até o vencimento.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Os ativos financeiros avaliados a valor justo correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, valorizados com base no rendimento auferido no período, calculado com base na taxa de juros aplicável para seu resgate imediato.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço social (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis compreendem adiantamentos de cessionários, tributos a recuperar, outras contas a pagar, depósitos judiciais, entre outras.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Fundação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

A norma contábil para instrumentos financeiros estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Fundação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis, abaixo descrevemos os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Na Fundação o processo de mensuração do valor justo para os instrumentos financeiros está classificado como Nível 2.

2.3.3 **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Impairment**

A Fundação avalia no final de cada exercício se há evidência de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e a redução do valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução do valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado.

2.4 **Imobilizado e intangível**

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo, menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil que é estimada como segue para os períodos comparativos:

Imobilizado	Prazo de depreciação	Taxa a.a.
Edificações	25	4%
Equipamentos de informática	10	10%
Instalações	20	5%
Máquinas e equipamentos	20	5%
Móveis e utensílios	20	5%
Veículos	5	20%
Equipamentos de comunicação	20	5%

O intangível está representado por Dossiê Ciccillo Matarazzo, Documentações Iconográficas das Bienais, Software e licenças de uso softwares adquiridos são capitalizados com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo para sua utilização. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A Amortização é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil dos ativos, como abaixo:

Intangível		
Dossiê Ciccillo Matarazzo	-	0%
Documentações Iconográficas das Bienais	-	0%
Software	5	20%
Licença uso de software	10	10%

2.5 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data-base das demonstrações financeiras. Caso contrário, os saldos são apresentados no passivo não circulante.

2.6 Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.8 Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- a. Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- b. Provisão para contingências - são provisionadas levando em conta, à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

2.9 Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros acrescido ou diminuído do resultado apurado em cada exercício, e são registrados na conta de reservas de capital.

2.10 Reconhecimento da receita

As receitas com doações são registradas por regime de caixa e os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com a NBC TG 07 - subvenção e assistências governamentais.

A receita de cessão de espaço é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método de taxa de juros efetiva.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a composição de caixa e equivalentes de caixa:

	2014	2013
Caixa	3	3
Bancos conta movimento s/ Restrição	348	437
Bancos conta movimento c/ Restrição	7.143	13.144
Aplicações financeiras s/ Restrição (nota explicativa 5)	4.595	276
Aplicações financeiras c/ Restrição (nota explicativa 5)	4.184	2.333
	<u>16.273</u>	<u>16.193</u>

4 Aplicações financeiras

	2014	2013
Aplicações financeiras		
Depósito em Poupança	9	9
Certificado de Depósito Bancário - CDI s/ Restrição	4.586	267
Certificado de Depósito Bancário - CDI c/ Restrição	4.184	2.333
	<u>8.779</u>	<u>2.609</u>

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, com remuneração equivalente a 100% da variação do Índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado, como a redução da taxa de rendimentos.

5 Adiantamentos

	2014	2013
Adiantamentos e despesas antecipadas		
Fornecedores	30	-
Adiantamento de férias e 13º. Salário	76	104
Prêmios de seguros a apropriar	19	41
	<u>125</u>	<u>145</u>

6 Imobilizado sem restrição

a. Abaixo apresentamos a composição do ativo imobilizado sem restrição.

	<u>2014</u>			<u>2013</u>
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	3.562	(474)	3.088	3.236
Equipamentos de informática	248	(169)	79	115
Instalações	2.876	(1.317)	1.559	1.656
Máquinas/Equipamentos	357	(199)	158	157
Móveis e utensílios	642	(420)	222	237
Veículos	105	(93)	12	22
Equipamentos de comunicação	8	(5)	3	3
Acervo (a)	639	-	639	640
	<u>8.437</u>	<u>(2.677)</u>	<u>5.760</u>	<u>6.066</u>

O acervo da Fundação Bienal é composto basicamente pela documentação contida no arquivo histórico, o qual contém documentos, pastas, livros, fotografias, negativos, filmes e outros materiais relativos à Bienais e arte em geral. Este acervo é organizado e mantido pela Fundação principalmente para consultas e pesquisas do público interno e externo.

A Fundação Bienal não possui acervo significativo de obras de arte. As obras que integram as Bienais de São Paulo não são de propriedade da Fundação, são emprestadas para a mostra ou feitas para a mostra e depois entregues aos artistas. As obras incluídas no item Acervo acima são telas, gravuras, fotografias e esculturas doados à Fundação, os quais se encontram identificados no ativo fixo e estão fisicamente distribuídos nas dependências da área administrativa e no Arquivo Histórico da Fundação.

b. A movimentação do imobilizado está assim representada:

	2014	2013
No início do exercício	6.066	6.512
Aquisição de bens	56	55
Baixas de bens	(11)	(183)
Depreciação	(351)	(318)
No final do exercício	<u>5.760</u>	<u>6.066</u>

7 Intangível

	2014			2013
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Dossiê Cicillo Matarazzo (i)	394	-	394	394
Bienais (ii)	360	-	360	360
Software	1.244	(1.083)	161	389
Licença uso de software	68	(13)	55	20
	2.066	(1.096)	970	1.163

- (i) O Dossiê Cicillo Matarazzo refere-se a um conjunto de documentos históricos, no qual se encontram documentos, fotografias e objetos pessoais de Cicilo Matarazzo, fundador da Bienal de São Paulo, entre outras instituições. Este conjunto de documentos foi doado pela família à Fundação após a morte de Cicillo Matarazzo.
- (ii) Esse ativo refere-se à documentação iconográfica das Bienais e à restauração, conservação e higienização do acervo do Arquivo Histórico da Bienal.

Abixo apresentamos a movimentação do intangível:

	2014	2013
No início do exercício	1.163	1.396
Aquisição de bens	47	16
Amortização	(240)	(249)
No final do exercício	970	1.163

8 Fornecedores

Abaixo apresentamos os saldos de fornecedores segregados em com restrição e sem restrição. Os fornecedores sem restrição são inerentes a manutenção das operações rotineiras da Fundação e os fornecedores com restrição estão relacionados aos projetos gerenciados pela Fundação e patrocinados pelo MinC:

	2014	2013
Fornecedores diversos - sem restrição	117	5
Total	117	5
Fornecedores com restrição		
30ª Curatorial mostra	-	44
30ª Mostra	-	271
ProAC	69	-
31ª Curatorial	19	20
31ª Exposição	829	8
PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo)	88	68
Total	1.005	411

9 Outras contas a pagar

Abaixo apresentamos a composição analítica de “outras contas a pagar” relativos ao circulante e não circulante:

	Circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013
Salários e encargos a pagar	202	133	-	-
Reclamação Trabalhista	45	108	-	45
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	-	162	-	-
Parcelamento Dívida Ativa da União	-	20	-	-
Parcelamento - Convênios MinC	2.873	1.303	7.122	9.995
	3.120	1.726	7.122	10.040

O saldo de “outras contas a pagar” totaliza o montante de R\$ 10.242 em 31 de dezembro de 2014 e refere-se substancialmente ao acordo de confissão de dívida e parcelamento de débitos firmados entre o MinC e Fundação em 20 de maio de 2013, conforme nota explicativa nº 22. Durante o exercício de 2014 a Fundação efetuou o pagamentos das parcelas mensais totalizando o montante de R\$ 1.303.

10 Adiantamento de cessionários

Refere-se a contratos de Termos de Cessão de Áreas-TCA, que são doados antecipadamente pelos cessionários para realizarem seus eventos no Pavilhão Ciccillo Matarazzo e no Lounge da Fundação. Tais adiantamentos são contabilizados como receitas (resultado) no mês da realização do evento. Em 31 de dezembro de 2014 a Fundação possui registrado o montante de R\$ 1.471 (R\$ 1.626 em Dez/2013).

11 Subvenções a realizar

A Subvenção a realizar ao final do exercício de 2014 refere-se a (I) projeto de revitalização do pavilhão; (II) aos projetos curatorial e expográfico da 31ª Bienal de São Paulo; (III) Prefeitura do Município de São Paulo 2014; (IV) Itinerância da 31ª Bienal de São Paulo; (V) Projeto Curatorial da 32ª Bienal de São Paulo e (VI) ProAC 14.366, como segregado abaixo:

Subvenção a realizar	2014	2013
Revitalização do Pavilhão	1.799	1.947
Subvenção a realizar 31ª Bienal de Sao Paulo - Curatorial	597	2.527
Subvenção a realizar 31ª Bienal de Sao Paulo - Expográfico	32	8.614
Subvenção a realizar Prefeitura do Município de São Paulo - (i)	1559	-
Subvenção a realizar Itinerância 31ª Bienal de Sao Paulo - (ii)	3.770	-
Subvenção a realizar 32ª Bienal de Sao Paulo - Curatorial - (iii)	3.200	-
Subvenção a realizar ProAC 14.366 - (iv)	520	-
	11.477	13.088

- (i) A Subvenção da Prefeitura de São Paulo é uma contribuição anual de 21.000 UFMs definida por decreto municipal. O valor desta subvenção destina-se ao custeio da manutenção e conservação do Pavilhão da Bienal e ao pagamento de salários e encargos dos funcionários da Fundação durante o ano.
- (ii) O projeto “Itinerância da 31ª Bienal” tem como objetivo a concepção, produção e execução de cerca de 8 mostras itinerantes com obras selecionadas pelos Curadores da 31ª Bienal. Estas mostras com partes da 31ª Bienal que ocorreu em São Paulo de setembro a dezembro de 2014 percorrerão 7 diferentes cidades no Brasil e uma em Portugal (Porto) ao longo do ano de 2015.

- (iii) O projeto curatorial da 32ª Bienal trata da seleção e contratação da equipe curatorial e dos demais profissionais necessários à concepção e planejamento da 32ª Bienal de São Paulo que ocorrerá em 2016.
- (iv) O Programa de Ação Cultural - (ProAC) - nr. 14.366 é um projeto cultural e artístico, concebido e coordenado pela Fundação, e aprovado pela Secretaria Estadual de Cultura para captar patrocínios utilizando o mecanismo de benefício fiscal a contribuintes do Estado de São Paulo que desejem apoiar o projeto mediante aportes de ICMS a recolher. O objeto do projeto 14366 é a realização de ações educativas para formação de estudantes e de profissionais da cultura do Estado de São Paulo. O projeto tem duração de julho de 2014 a agosto de 2105.

12 Contingências passivas

Na data das demonstrações financeiras, a Fundação apresentava as seguintes provisões para contingências passivas e correspondentes depósitos judiciais:

	2014		2013	
	Depósito judicial	Provisão para contingência	Líquido	Líquido
Contingências Trabalhistas	(80)	111	31	(31)
Contingências Cíveis	-	151	151	151
	(80)	262	182	120

Em 31 de dezembro de 2014, a Fundação possuía dois processos judiciais de natureza cível e trabalhista, sendo analisados e avaliados por seus assessores jurídicos com risco de perda provável, por isso a Fundação efetuou o provisionamento integral dos montantes envolvidos. Não há processos avaliados com perda possível por seus assessores jurídicos que necessitem de divulgação.

	2013	Adição	Baixa	2014
Contingências trabalhistas e cíveis	151	111	-	262
	151	111	-	262

13 Patrimônio Social

a. Patrimônio Social

Está apresentado pelos montantes históricos dos superávits/déficits apurados anualmente.

b. Outras reservas

Composta, substancialmente, pelas doações de bens recebidas, desde a data de sua constituição.

c. Reserva de reavaliação

Constituída em 30 de dezembro de 2006, suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, que é decorrente de ativos próprios representados por obras civis, instalações, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de Superávit/Déficit acumulados por depreciação baseada na estimativa da vida útil econômica revisada dos bens.

14 Aspectos fiscais

A lei complementar a que se refere o art. 150, VI, “c”, é o Código Tributário Nacional (“CTN”), que, em seu artigo 14, fixou três requisitos para o gozo do benefício tributário pelas entidades de assistência social: (i) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (ii) aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e (iii) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão, também introduzido em sede constitucional pelo art. 31, da Constituição Federal de 1946, mantido no art. 20 da Carta de 1969 e, finalmente, no art. 150 VI “c” da Constituição de 1988, é vedado à União, aos Estados e Municípios instituir impostos sobre a renda, patrimônio e serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos em lei.

Para ser considerada uma instituição de educação e assistência social, não basta, portanto, que o estatuto social preveja a condição de que a Fundação seja ‘sem fins lucrativos’, mas também que, desde sua criação, fique claramente demonstrado, pelo objetivo estatutário e pela prática cotidiana, que a Fundação não se destina à satisfação de interesses de seus instituidores ou dirigentes, mas sim, à realização de atividades de caráter altruístico, voltadas ao interesse coletivo e ao desenvolvimento e bem estar da comunidade em que atua.

Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei no 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Fundação.

Quanto ao Imposto Sobre Serviços, a sua imunidade foi formalmente reconhecida pela Prefeitura do Município de São Paulo, devendo esta ser reconhecida e acatada por outros municípios tendo em vista que o art. 3º da Lei complementar 116, de 31 de julho de 2003, dispõe que “o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador”.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacam-se o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), alíquota de 28,8% sobre o montante da folha de pagamento.

15 Receitas

Abaixo apresentamos as receitas com restrição relacionadas aos projetos e as receitas sem restrição originadas pelas operações e ações da Fundação:

Com restrição

	2014	2013
Convênio - MinC -Revitalização do Pavilhão	147	142
Prefeitura Municipal de São Paulo	1.007	2.287
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	226	1.848
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	19.847	9.845
Devolução - Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	-	(69)
Secretária Estadual de Cultura -Fabricas da Cultura	-	416
Secretária Estadual de Cultura -Devolução - Fabricas de Cultura	-	(109)
Serviço Social do Comércio - SESC	-	1.456
Rendimentos Financeiros	907	153
Total	22.134	15.969

Sem restrição

	2014	2013
Receita de Doações	5.895	115
Cessão de Área	4.152	6.524
Eventos Bienal 2013/2014	699	1.384
Rendimentos financeiros	353	112
Gratuidades recebidas	40	68
Total	11.139	8.203

As receitas de doações são obtidas por meio de parceria com o Serviço Social do Comércio- SESC, por conta de seminários, encontros abertos e “workshops” concebidos e conduzidos pelo Programa Educativo da Fundação e pela co-produção de obras que integraram as mostras itinerantes da “30 X Bienal” e da 31ª Bienal pelas unidades do Sesc; apoio de representações (consulados e embaixadas) e institutos nacionais que colaboram com a participação dos artistas de seus respectivos países nas exposições organizadas pela Fundação; e Outras Receitas como doações e vendas em consignação dos catálogos das exposições.

As receitas são recebidas de fontes diversas e são direcionadas ao custeio de despesas dos projetos da Bienal.

16 Despesas sobre Receitas

Abaixo apresentamos as despesas por projeto:

	2014	2013
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2013	(410)	(380)
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2014	(266)	-
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	(1.458)	(515)
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	(20.434)	(10.612)
Secretária Estadual de Cultura -Devolução - Fabricas de Cultura	-	(508)
Outras Despesas	-	(156)
Total - Com restrição	(22.568)	(12.171)
Eventos Bienal 2014	(922)	(252)
Total - Sem Restrição	922	(252)
Total Despesas	(23.490)	(12.423)

17 Cobertura de seguros

As coberturas contra eventuais sinistros foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2014, a posição pode ser assim sumariada:

Modalidade	Vencimento	Limites de cobertura
Multi risco / limite máximo de indenização / bens segurados (31ª BSP)	31/01/2015 R\$	17.259.994,0
Cobertura básica - incêndio (inclusive decorrente de tumultos), raio e explosão de qualquer natureza	20/08/2015 R\$	47.000.000
Vendaval/Fumaça	20/08/2015 R\$	850.000
Tumultos	20/08/2015 R\$	170.000
Danos elétricos	20/08/2015 R\$	550.000
Roubo / Furto qualificado de bens	20/08/2015 R\$	87.000
Equipamentos eletrônicos	20/08/2015 R\$	87.000
Equipamentos estacionários	20/08/2015 R\$	81.000
Equipamentos	20/08/2015 R\$	33.000
Anúncio luminoso	20/08/2015 R\$	95.000
Roubo de valores (interior estabelecimento)	20/08/2015 R\$	11.000
Quebra de vidros	20/08/2015 R\$	55.000
Responsabilidade civil operações	20/08/2015 R\$	350.000
Lucros cessantes	20/08/2015 R\$	2.750.000
Danos por água	20/08/2015 R\$	100.000

Lucros cessantes: apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, a cobertura de lucros cessantes na apólice da Fundação se justifica pela eventual impossibilidade da Fundação realizar a cessão do espaço do pavilhão para eventos de terceiros. Sendo esta sua principal fonte de receitas, caso a Fundação não aufera receitas pela cessão do espaço, poderá receber da seguradora o valor da cobertura registrada na apólice.

O valor de prêmio pago em 2014 foi de R\$ 55. Esta despesa é registrada na rubrica “Ativo circulante - Adiantamentos”, apropriado pro-rata conforme a vigência da apólice no resultado na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

18 Trabalho voluntário

A Resolução CFC nº. 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidades sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Em atendimento a esta norma e com base nos registros da Fundação, foram levantados e valorizados todos os trabalhos voluntários prestados para a Fundação no exercício de 2014. A mensuração dos trabalhos voluntários levou em consideração os controles existentes para os prestadores de serviços voluntários. Todo prestador de serviços voluntários firma com a Fundação um contrato de prestação de serviços voluntários, elaborado nos termos da Lei nº 9.608 de 18/02/1998 que regula o trabalho voluntário e no qual é estabelecido o número de horas de dedicação do voluntário. Calculou-se o valor a ser reconhecido em 2014 para o trabalho voluntário desenvolvido na Fundação multiplicando-se o número de horas dedicadas pelos voluntários pelo valor da hora dos prestadores de serviços com funções equivalentes ou similares aos voluntários, contratados pela própria Fundação ou, quando não havia este parâmetro, pelo valor definido para a função desempenhada pelo voluntário na “Lista de Mão

de Obra”, tabela de remuneração divulgada pelo Ministério da Cultura e elaborada pela FGV - Fundação Getulio Vargas e IBRE.

As receitas com trabalhos voluntários foram mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas no resultado do exercício em contra partida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2014 a Fundação registrou o montante de R\$ 40 referente a trabalhos voluntários como receitas e despesas.

19 Planejamento financeiro parcelamento Ministério da Cultura - MinC

Em 20 de maio de 2013 a Bienal de São Paulo e o Ministério da Cultura - MinC assinaram um acordo de confissão de dívida e parcelamento de débito para reconhecer e parcelar a dívida da instituição perante ao Ministério da Cultura - MinC, tendo em vista irregularidades apontadas nas prestações de contas de repasses de recursos federais recebidos em 14 Convênios do período 1999-2007, de números: 344/1999, 012/1999, 075/2001, 366/2001, 178/2002, 505/2002, 540/2002, 177/2003, 211/2004, 520/2004, 351/2005, 888/2005, 399/2006 e 557/2007.

Por meio do acordo firmado a Bienal reconheceu dever ao MinC R\$ 12.217, em valores atualizados em 30 de abril de 2013, a serem pagos em até 52 parcelas, de acordo com um cronograma mutuamente aceito. O reconhecimento da dívida, o compromisso de pagamento parcelado e a assinatura do acordo permitiram que o nome da Fundação Bienal fosse retirado do cadastro de inadimplentes do MinC e pudesse retomar suas atividades de condução de projetos culturais, de apresentação de novos projetos e de captação de recursos incentivados, antes suspensas por conta da inadimplência.

O total do acordo foi apresentado pela Bienal ao MinC, após extenso trabalho de auditoria realizado em 2012 e primeiro trimestre de 2013 por empresa de auditoria independente contratada pela Bienal. Os auditores, sob orientação da Bienal e do MinC, identificaram todos os lançamentos contábeis dos 14 convênios e revisaram a adequação dos mesmos, para fins de prestação de contas, considerando os critérios estabelecidos pela regulamentação pertinente. O montante de R\$ 12.217 corresponde à somatória das despesas glosadas pelo MinC nos 14 convênios firmados com a Bienal, pelo fato destas despesas:

- a. não disporem de comprovante fiscal hábil;
- b. não fazerem parte do plano de trabalho do convênio;
- c. terem sido efetuadas antes ou depois da data de vigência dos convênios e/ou
- d. terem sido efetuadas com partes relacionadas à instituição, a saber, os fornecedores eram empresas controladas por dirigente da Bienal à época do convênio.

Abaixo apresentamos a composição dos convênios, parcelas e valores incluídos no acordo:

Convênio	Código	Nomenclatura	Saldo na data do acordo por convênio	Quant. de parcelas por convênio	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013
344/1999	99-9385	Produção/Concepção Curatorial da 25ª Bienal de São Paulo	247	12	-	247
012/1999	99-6036	48ª Bienal de Veneza-Participação Brasileira	327	16	327	327
075/2001	00-6968	Apoio às Comemorações dos 50 Anos da Bienal de São Paulo	652	24	326	652
366/2001	1540595	Apoio à Preparação da 25ª Edição da Bienal de São Paulo	1.398	36	932	1.398
178/2002	2083742	Apoio à Realização da 25ª Bienal de São Paulo	1.146	52	881	1.146
505/2002	2263442	8ª Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza	427	8	-	-
540/2002	2433644	Apoio à Preparação da 26ª Edição da Bienal de São Paulo	2.806	40	2.807	2.807
177/2003	1506687	Pré-Produção Artística da 26ª Bienal de São Paulo	1.469	40	1.469	1.469
211/2004	04-1540	Apoio à 26ª Edição da Bienal de São Paulo - 2004	1.780	40	1.780	1.780
520/2004	1732072	Itinerância 26ª Bienal (Salvador, Buenos Aires, Santiago e Lima)	363	16	363	363
888/2005	477494	Plano de Atividades da FBSP em 2006 - 27ªBSP,MIA Veneza,AHWS	354	8	-	-
351/2005	1836227	Apoio ao Encontro Nacional de Cultura Educação e Cidadania - 2006	92	8	-	-
399/2006	1918041	Execução Final da 27ª Bienal de São Paulo	1.110	16	1.110	1.110
557/2007	07-10110	Fomento da Arte Contemporânea	46	8	-	-
			<u>12.217</u>		<u>9.995</u>	<u>11.299</u>

A Bienal possuía os seguintes objetivos ao contratar a auditoria para os projetos, em concordância com o MinC:

1. Reorganizar, formalmente, as prestações de contas dos 14 convênios, para que o MinC pudesse analisar novamente com maior agilidade e facilidade;
2. Em um segundo momento permitir a avaliação da melhor estimativa para o valor de despesas glosadas ou glosáveis, para que o MinC e a Bienal pudessem estabelecer as bases do acordo e iniciar os pagamentos;
3. Permitir a Bienal sair da situação de inadimplência .

Desde maio de 2013 os pagamentos efetuados pela Fundação referente ao acordo de confissão de dívidas e parcelamento de débitos somam o total de R\$ 2.222, este valor representa a quitação de 18,2% do total da dívida, em valores históricos. O restante da dívida acordada, está distribuída de modo crescente no cronograma de pagamentos, de forma a permitir à Fundação, ano a ano, acumular recursos livres suficientes para honrar os compromissos previstos pelo acordo até abril de 2018.

O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. A Fundação contabiliza o valor apresentado no boleto de cobrança do MinC.

A Fundação planeja gerar caixa suficiente para fazer frente a estes compromissos mediante a gradual redução de suas despesas e o aumento de suas receitas com a cessão do espaço do pavilhão, as quais são também crescentes nos próximos anos. Adicionalmente, a Fundação

planeja organizar jantares semelhantes ao organizado em 2013, bem como outras campanhas para levantamento de doações livres. Estes fatores já foram levados em consideração por seus administradores quando da definição do cronograma de pagamentos do acordo de confissão de dívida e parcelamento de débitos negociado entre Bienal e MinC, de maneira a aumentar o caixa livre da instituição e garantir o cumprimento do acordo, minimizando o risco de inadimplência.

Os administradores também consideram que, caso haja disponibilidade de recursos, a Fundação poderá negociar com o MinC a antecipação de pagamentos futuros, com o objetivo de reduzir a incidência de juros e correção monetária sobre o valor principal do acordo.

20 Outras informações

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios de 2014 e de 2013 a Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Benefícios a empregados

A Fundação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de bônus de desempenho ou de participações nos lucros e resultados, tendo em vista que é entidade sem fins lucrativos.

Partes relacionadas

O Estatuto Social possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho, dessa forma, a Fundação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.